

4

Pessoas com deficiência no Brasil: seu perfil

Foi a partir do Censo Demográfico de 1991, realizado pelo IBGE, que o Brasil passou a contar com informações mais diversificadas sobre os deficientes. Isso aconteceu após a promulgação da Lei nº 7.853/89, trazendo a obrigatoriedade de que questões específicas, relativas às pessoas com deficiência, fossem incluídas em censos nacionais. Entretanto, em períodos anteriores, alguns levantamentos já haviam sido efetivados a respeito de certas características deste contingente. Os primeiros registros de investigação sobre tal segmento foram realizados através dos inquéritos domiciliares de 1872 e 1900. Tendo em vista os objetivos desta pesquisa, são utilizadas, aqui, algumas informações estatísticas mais recentes, assim como as obtidas nas entrevistas, a fim de construir um perfil das pessoas com deficiência e, em particular, daquelas com deficiência física que prestam serviços no SAC-Petrobrás.

4.1. As fontes de informação

Desde os inquéritos domiciliares de 1872 e 1900, e no Censo Demográfico de 1920, já haviam sido investigados os indivíduos com deficiência sensorial, os então chamados “cegos” e “surdos-mudos” (termos utilizados, na época, para pessoas com deficiência visual e auditiva). Nestes três períodos, a taxa de cegos era maior do que a de surdos-mudos.

Quadro 1 – Taxa de incidência de deficiência – 1872, 1900 e 1920

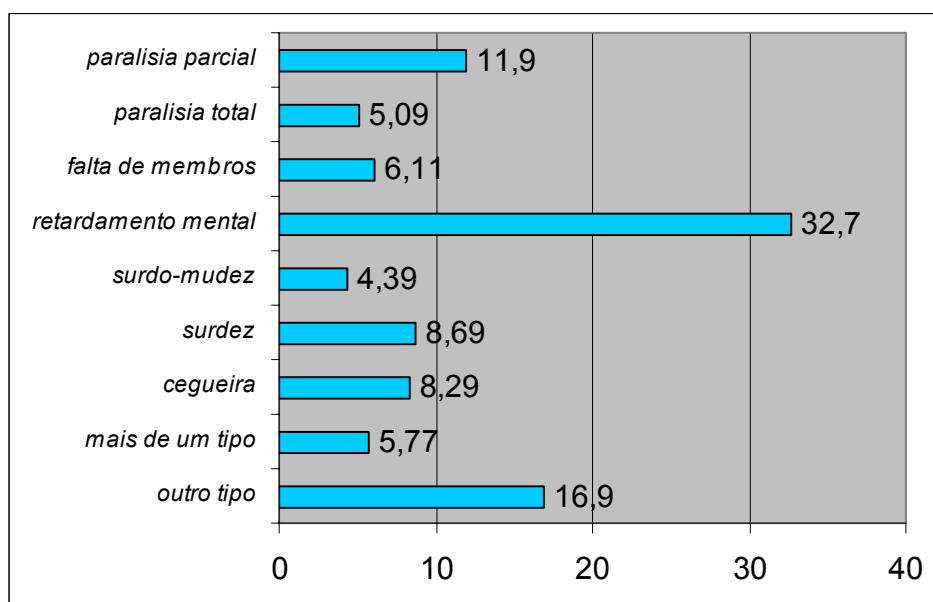
Anos	Cegos	Surdos-mudos
1872	15,84	11,59
1900	18,81	7,36
1920	29,87	26,21

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1920.

Quando do Censo Demográfico de 1940, a investigação foi além de constatar o número de cegos e surdos-mudos existentes, passando a dar importância, também, à natureza das deficiências como, por exemplo, se a deficiência foi adquirida ao nascer, por algum acidente, ou decorrente do próprio processo de envelhecimento. Essa iniciativa não só permitiu que fosse analisada a natureza da deficiência mas, também, que pudesse captar em qual idade se dá a incidência de tais deficiências. Percebe-se que, em relação aos cegos, essa deficiência cresce à medida que a idade avança. Com os surdos-mudos, o resultado obtido foi o contrário, com a diminuição do contingente com o passar dos anos.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – de 1981, constatou que cerca de 1,78% da população brasileira, naquele ano, possuía algum tipo de deficiência. Não foi abordada a origem das deficiências, como o fez o Censo de 1940, mas ampliou o número de deficiências investigadas, conforme indica o gráfico a seguir.

Gráfico nº 1 – Total de pessoas com deficiência, segundo o tipo de deficiência, 1981 (%)



Fonte: PNAD, 1981.

Se, por um lado, a PNAD de 1981 não analisou a origem das deficiências, em compensação possibilitou, também, colocar os chamados “surdos” e “surdos-mudos” em categorias distintas.

No Censo Demográfico de 1991 estimava-se que cerca de 1,7 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência viviam no Brasil, número equivalente à 1,14% da população total. No Censo Demográfico de 2000, observa-se um aumento significativo deste número: 24,6 milhões de pessoas declararam ser portadoras de algum tipo de deficiência, o que representa 14,5% da população total, sendo que 19,8 milhões residiam na zona urbana, e 4,8 milhões na zona rural (tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição das pessoas com deficiência, segundo a situação do domicílio – 1991/2000 (%)

Domicílio	1991	2000
Urbana	76,7	80,5
Rural	23,2	19,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991 e 2000.

É importante observar que o aumento de pessoas com deficiência, registrado pelo último censo, ocorreu devido, em parte, à mudança dos instrumentos que eram utilizados para a coleta de tais informações. O Censo de 2000 incorporou uma maior variedade de tipos de deficiência em relação ao realizado em 1991. No Censo de 1991 eram pesquisados os itens: cegueira, surdez, hemiplegia, paraplegia, tetraplegia, falta de membro, deficiência mental e mais de uma deficiência. Já no Censo de 2000 foi incorporada a questão da incapacidade, resultando nos seguintes itens: alguma dificuldade de enxergar, alguma dificuldade de ouvir, alguma dificuldade de caminhar, grande dificuldade de ouvir, grande dificuldade de enxergar, grande dificuldade de caminhar, incapaz de ouvir, incapaz de caminhar e incapaz de enxergar. Ao adotar a questão da incapacidade em seus instrumentos de coleta, o censo fez com que grande parte da população idosa fosse incluída nesse segmento, visto que muitas destas dificuldades fazem parte do processo de envelhecimento. Dessa forma, mais da metade das pessoas com mais de 65 anos declarou possuir alguma deficiência, ou incapacidade de realizar alguma tarefa.

Um fato interessante a registrar é o relativo à diversidade da proporção de pessoas com deficiência nos diferentes países, assim como do ano de referência desses dados e das fontes de informação (quadro nº 2).

Quadro 2 – Proporção de pessoas com deficiência em diversos países, entre 1986 e 2000

País	Ano de referência	Proporção de pessoas com deficiência (%)	Fonte de informação
Nova Zelândia	1996	20,00	Pesquisa por amostra
Estados Unidos	2000	19,30	Censo
Austrália	1993	18,00	Pesquisa por amostra
Uruguai	1992	16,00	Pesquisa por amostra
Canadá	1991	15,50	Pesquisa por amostra
Espanha	1986	15,00	Pesquisa por amostra
Brasil	2000	14,50	Censo
Áustria	1986	14,40	Pesquisa por amostra
Inglaterra	1991	12,20	Censo
Suécia	1988	12,10	Pesquisa por amostra
Holanda	1986	11,60	Pesquisa por amostra
Polônia	1988	9,90	Censo
Alemanha	1992	8,40	Pesquisa por amostra
China	1987	5,00	Pesquisa por amostra
Itália	1994	5,00	Pesquisa por amostra
México	2000	2,31	Censo
Chile	1992	2,20	Censo
Colômbia	1993	1,80	Censo

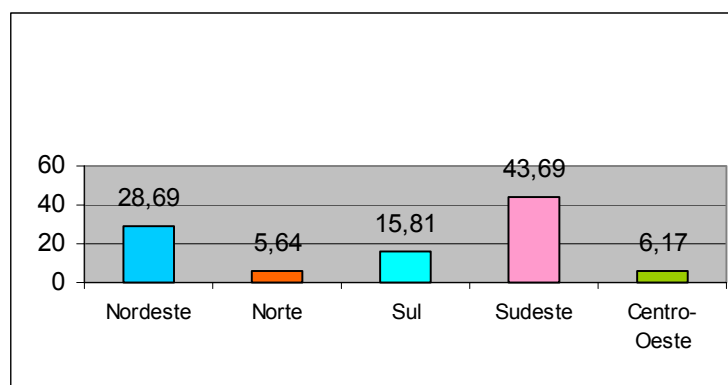
Fonte: United Nations Statistics Division; IBGE (Brasil); Bureau of the Census (USA); INEGI (México); Statistics New Zealand e INE (Espanha).

Algo importante a ser levado em consideração é a questão das políticas e de legislações que possui cada país, para atender este segmento da população.

4.2. O que dizem os últimos censos

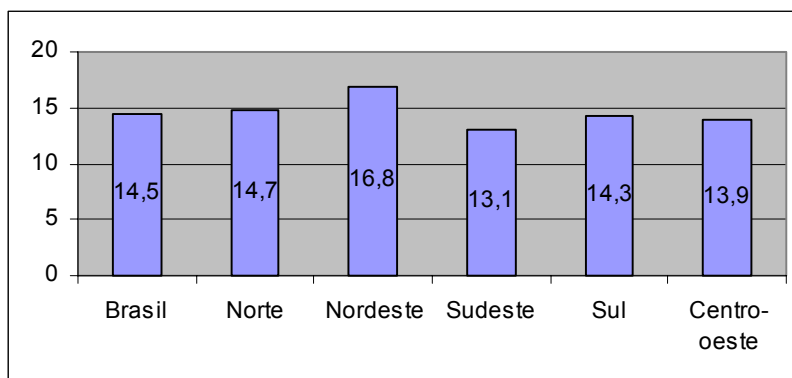
Ao analisar os dados referentes à distribuição da população com deficiência, no Brasil, constata-se certa heterogeneidade no que se refere às grandes regiões do país. No Censo Demográfico de 1991, a região sudeste era a que apresentava o maior número de pessoas com deficiência, representando 43,69% do total; o Rio de Janeiro possuía 21,16% desse valor. No sentido inverso, a região que apresentava o menor número de pessoas com deficiência era a norte, com 5,64%. No Censo Demográfico de 2000, essa situação se modificou, uma vez que a região sudeste apresentava o menor número de pessoas com deficiência, 13,1%, em relação às outras regiões, enquanto a região com o maior contingente nestas condições é a nordeste, com 16,8%.

Gráfico nº 2 – Distribuição total de pessoas com deficiência, segundo as grandes regiões – 1991 (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991.

Gráfico nº 3 – Distribuição da população residente, portadora de pelo menos uma das deficiências investigadas, por situação de domicílio, segundo as grandes regiões – 2000(%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Podemos verificar, a partir dos gráficos nº2 e nº3, que a distribuição de pessoas portadoras de deficiência tornou-se mais homogênea no último recenseamento.

No que se refere à distribuição da população total com deficiência, segundo sexo, observa-se que 56% das pessoas nesta condição, de acordo com o censo de 2000, no Brasil, são do sexo feminino, resultado contrário ao que fora divulgado no censo de 1991, onde cerca de 59% dessas pessoas eram do sexo masculino.

As pessoas com deficiência têm maior frequência à escola que a população total, mas iniciam seus estudos alguns anos após, e permanecem na escola por mais tempo. Esse fato pode se justificar por diversos fatores, entre eles, a dificuldade de aprendizagem, as barreiras arquitetônicas, e até mesmo a falta de preparo adequado dos profissionais para que essas pessoas possam ser incluídas, de fato, no sistema escolar. A educação inclusiva é um ótimo caminho para estudantes com deficiência, já tendo sido constatado que crianças com deficiência, no Brasil, apresentam melhor rendimento escolar, quando matriculadas em escolas regulares.

O Censo de 2000 veio confirmar algo já detectado no de 1991: pessoas com deficiência mental apresentam menor taxa de escolarização em relação às demais deficiências. Também constatou-se que as pessoas com deficiência visual são as que

mais se aproximam, em termos de escolarização, das pessoas que declararam não possuir algum tipo de deficiência.

Na tabela nº 2, pode se observar que a diferença entre a categoria sem instrução e a categoria de 3 anos de estudo e a de 4 a 7 anos de estudo, é superior a 14 pontos percentuais, em todas as regiões, o que vem indicar que muitos iniciam seus estudos, mas têm dificuldades para prosseguirem.

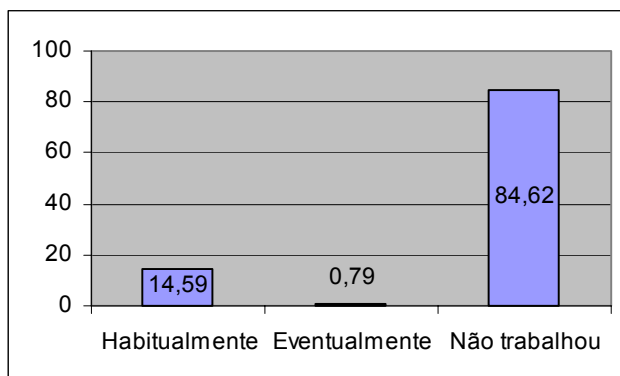
Tabela nº 2 – Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, portadoras de pelo menos uma das deficiências investigadas, por grupos de anos de estudo, segundo as grandes regiões – 2000(%)

Grandes regiões	Sem instrução a 3 anos de estudo	De 4 a 7 anos de estudo	De 8 a 10 anos de estudo	Acima de 11 anos de estudo
Brasil	32,9	16,7	10,7	10,1
Norte	30,7	16,6	13,6	14,1
Nordeste	32,2	17,1	12,9	12,5
Sudeste	32,7	16,2	9,8	9,1
Sul	37,5	18,2	9,8	9,0
Centro-Oeste	33,5	15,5	10,6	10,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Em relação ao mercado de trabalho, o censo de 1991 analisou a participação destas pessoas, levando em consideração os últimos doze meses anteriores ao início da pesquisa.

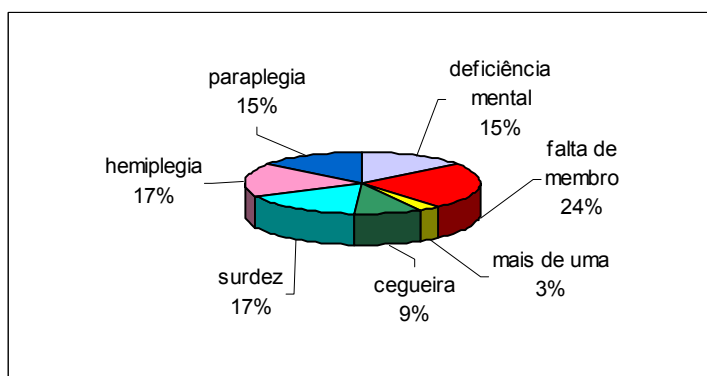
Gráfico nº 4 – Participação da população com deficiência, acima dos 10 anos de idade, no mercado de trabalho, nos últimos doze meses – 1991(%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

De acordo com o gráfico nº5, cerca de 85% das pessoas com deficiência não trabalharam no ano anterior ao censo. Entre os que trabalharam habitualmente, predominam os que possuem falta de membro ou parte dele. Neste total de 85%, as pessoas que possuíam falta de membros eram as mais representativas no mercado de trabalho, segundo o gráfico nº5.

Gráfico nº 5 – Pessoas com deficiência, que trabalharam habitualmente, segundo os tipos de deficiência, 1991(%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

Pode se perceber que houve uma sensível melhora nos rendimentos auferidos por essa população no período de 1991 e 2000 (quadro nº3), onde a maior parte dos trabalhadores passou a auferir rendimentos em torno de 1 a 5 salários mínimos.

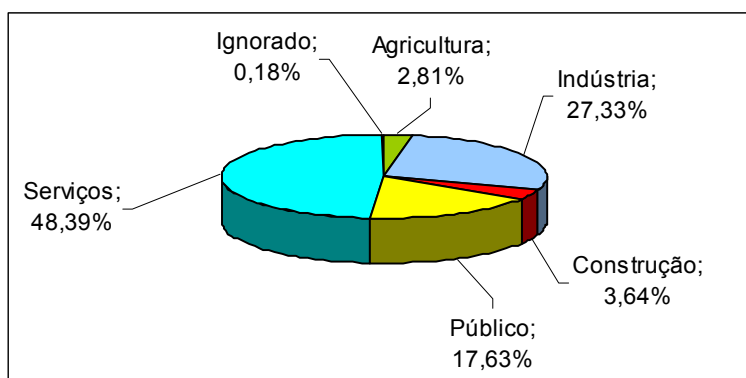
Quadro nº 3 – Distribuição percentual das pessoas com 10 anos ou mais de idade, que auferiram rendimentos, por sexo, segundo classes de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos – Brasil – 1991/2000(%)

Faixas de rendimentos (em SM)	Homens		Mulheres	
	1991	2000	1991	2000
Até 1 SM	60,6	20,2	76,9	28,5
De 1 a 5 SM	33,0	52,0	20,3	48,8
De 5 a 20 SM	5,5	17,6	2,3	12,6
Mais de 20 SM	0,7	3,1	0,3	1,4

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000.

Segundo estudo realizado por Neri (2003), a partir dos dados da RAIS de 2000, as pessoas com algum tipo de deficiência, no Brasil, quando inseridas no mercado formal de trabalho, têm representação mais significativa nos setores de indústria e serviços (gráfico nº6).

Gráfico nº 6 – Participação das pessoas com algum tipo de deficiência no mercado formal de trabalho, segundo setores de atividade



Fonte: CPS/FGV, a partir de microdados da RAIS/MTE.

Seu estudo aponta que estas pessoas estão menos representadas em setores onde exigem maior esforço físico, como os de agricultura e construção civil. Ao analisar as características das pessoas com deficiência que estão inseridas no mercado formal de trabalho que, geralmente, trabalham em empresas, Neri verificou que ali são inseridas, com mais freqüência, aquelas que possuem maior nível de escolaridade

(acima de 12 anos de estudos). Os níveis salariais encontram-se em torno de R\$ 1.020.00, sendo sua faixa etária situada entre 25 a 45 anos.

Quando foram considerados os tipos de deficiência incidentes nas pessoas, ficou constatado que as portadoras de deficiência física, no Censo de 1991, representavam 37% do total das deficiências investigadas, sendo 9% com falta de membro ou parte dele, 3% pela tetraplegia, 12% pela paraplegia e 13% pela hemiplegia. O Censo de 2000 constatou a existência de 1.416.060 pessoas com deficiência física, divididas em dois subgrupos: tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente e falta de membro ou parte dele.

Tabela nº 3 – Distribuição do total de pessoas com deficiência física, em relação às demais deficiências investigadas, segundo as grandes regiões – 1991 e 2000 (%)

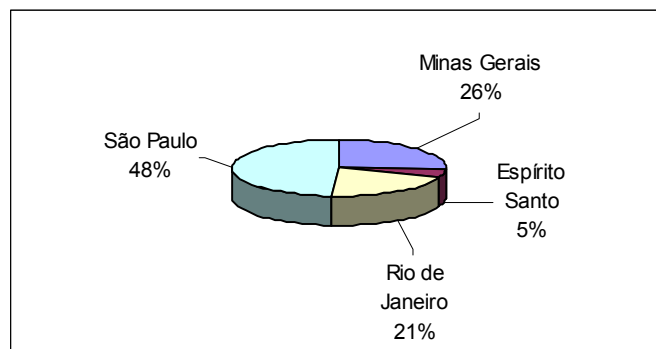
Regiões	1991	2000
Norte	6,17	7,60
Nordeste	28,06	29,00
Sudeste	43,08	41,41
Sul	16,26	15,20
Centro-Oeste	6,43	6,79

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000.

Nota-se que a região com maior número de pessoas com deficiência física (tabela nº3) em relação às demais deficiências investigadas, de acordo com o Censo de 1991 e de 2000 é a região sudeste. No primeiro censo realizado, a região norte era a que apresentava o menor contingente de pessoas com deficiência física, situação esta que se modificou no segundo censo, onde a região centro-oeste passou a concentrar maior contingente com estas características.

Ao analisar os dados acerca da distribuição do número de pessoas com deficiência física entre os estados componentes da região sudeste, verifica-se que há maior incidência no estado de São Paulo, vindo, a seguir, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo (gráfico nº7).

Gráfico nº 7 – Distribuição das pessoas com deficiência física, segundo os estados da região sudeste – 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Em relação às grandes regiões, a região sudeste, de acordo com o Censo de 2000, é a que apresenta o maior número de pessoas com deficiência física, tanto do sexo masculino, como do sexo feminino.

Tabela nº 4 – População residente, com deficiência física, por sexo, segundo as grandes regiões – 2000

Grandes regiões	Homens	Mulheres
Brasil	861.196	554.864
Norte	69.420	38.105
Nordeste	245.258	165.323
Sudeste	351.939	234.588
Sul	134.961	80.353
Centro-Oeste	59.618	36.495

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Os dados relativos aos níveis de escolarização da população com deficiência física, no Brasil, mostraram que os paraplégicos, hemiplégicos e pessoas com falta de membro ou parte dele, apresentam maior taxa de alfabetização em relação aos demais deficientes. Em 1991, as pessoas com maior escolaridade eram aquelas com deficiência física.

4.3. Características dos entrevistados

Ao elaborar o perfil das pessoas com deficiência física que trabalham no SAC-Petrobrás, percebemos algumas semelhanças em relação às características anteriormente apontadas. Dentre os entrevistados que exercem as funções de operador de telemarketing I e II e suporte técnico, sete são mulheres e doze são homens. Quanto à faixa etária, a maioria tem entre 25 a 45 anos, e apenas uma pessoa tem idade superior, com 46 anos.

Entre as mulheres, seis delas possuem lesões nos membros superiores e/ou inferiores, e uma é paraplégica, sendo a paralisia infantil (poliomielite) a causa das lesões em três delas. Duas entrevistadas adquiriram as lesões através de uma má formação congênita, denominada luxação congênita de quadril, caracterizada pela perda do contato da cabeça do fêmur com o acetábulo, podendo ser bilateral ou unilateral, e o quadril esquerdo o mais afetado, produzindo limitações motoras, em relação ao caminhar. As lesões foram adquiridas, dentre seis dessas mulheres, antes dos dois anos de idade. Apenas uma adquiriu a lesão após os dezoito anos, quando sofreu uma queda. Em relação aos equipamentos de auxílio, quatro não os utilizam.

Quanto às características de moradia, três das entrevistadas residem no município do Rio de Janeiro, três nos municípios de Niterói e São Gonçalo e uma na Baixada Fluminense. Três delas residem em imóveis próprios, três em imóveis alugados e uma em imóvel cedido por familiares; sendo que três moram com cônjuges e filhos, duas sozinhas, uma com os pais e uma última com outros familiares.

No que diz respeito à escolaridade, foi observado que a quase totalidade destas mulheres está freqüentando ou já concluíram curso de nível superior. Apenas uma ainda não iniciou um curso superior, mas manifestou o desejo de iniciá-lo em breve. Dentre as seis que ainda não concluíram seus estudos na faculdade, uma trancou a matrícula no curso de administração de empresas e quatro ainda estão cursando (administração, marketing e direito).

Foi constatado que as empresas contratam pessoas com deficiência, mas que possuam, preferencialmente, um maior nível de escolaridade. E como na Petrobras S.A. existe a possibilidade do funcionário progredir, profissionalmente,

mesmo na condição de terceirizado, observa-se que há uma preocupação entre os entrevistados em concluir um curso superior, mas que tenha relação com as funções a serem exercidas. Por isso mesmo o curso mais freqüentado, tanto por homens quanto por mulheres, é o de administração de empresas.

Apenas dois dentre os homens entrevistados não iniciaram ou já terminaram um curso superior. Um deles concluiu o curso de direito, dois trancaram a matrícula nos cursos de administração de empresas e letras e sete ainda estão cursando a faculdade (administração de empresas, web designer, design gráfico, letras para executivos e Informática).

As lesões nos membros superiores e/ou inferiores estão presentes em nove dos homens. Um deles teve parte do membro inferior amputado e dois possuem paraplegia. A paralisia infantil foi a causa das limitações em sete, que tiveram seus membros lesionados. Dois adquiriram lesões através de balas perdidas, um através de queda e dois por más formações congênitas. A maioria adquiriu as lesões antes dos dois anos de idade, três entre dois e dezoito anos de idade e apenas um com idade acima dos dezoito anos.

Os entrevistados, em sua maioria, moram no município do Rio de Janeiro, num total de oito, e os demais residem em Niterói, São Gonçalo e na Baixada Fluminense. Em relação à moradia, nove dos imóveis utilizados são próprios, dois alugados e um é cedido por familiares. Seis moram com cônjuges e filhos, quatro residem sozinhos ou com outros parentes.

A maior parte dos entrevistados é responsável por suas despesas, sejam homens ou mulheres. A remuneração destas pessoas é semelhante à divulgada pela RAIS de 2000, ou seja, em torno de R\$ 1.100,00. Em relação ao tempo de prestação de serviços na Petrobrás S.A., sete homens e quatro mulheres estão ali trabalhando há menos de dois anos, dois homens e uma mulher entre dois e cinco anos, enquanto três homens e duas mulheres desde o início do contrato do CVI/Rio com esta empresa.

Em relação à inserção no mercado de trabalho em período anterior à inserção na Petrobrás S.A., doze já haviam trabalhado através de contrato direto com outras empresas, enquanto sete trabalharam, mas somente através de contratos terceirizados. Duas pessoas que adquiriram lesões após os dezoito anos de idade,

ambas através de queda que as tornou paraplégicas, foram as únicas que trabalharam antes da lesão.

4.4. Trajetórias de inserção no trabalho

Para melhor compreender a percepção construída por estas pessoas, enquanto trabalhadores inseridos no SAC-Petrobrás, foi necessário uma análise a respeito das trajetórias de trabalho dos entrevistados. A partir desta análise, levando em consideração que a maioria dos entrevistados exerce funções na Petrobrás S.A. há mais de dois anos, foi possível verificar o quanto as inserções anteriores destes profissionais refletem no seu nível de satisfação em relação à função exercida atualmente.

Analisando os discursos, constatamos que dois entrevistados haviam trabalhado antes de adquirir a lesão, sendo uma inserida no mercado de trabalho formal, em diversas lojas do ramo de confecções, e uma em seu próprio negócio, na área de comércio. Ambos adquiriram a lesão através de um tombo, tornando-se paraplégicos. Lídia adquiriu sua paraplegia aos 29 anos, caindo de um muro. Sua experiência de trabalho é relatada da seguinte forma:

“Eu fazia alguns trabalhos em casa, digitação, traduções, traduções de livros(...). Mas antes do meu acidente, já trabalhei em banco, já trabalhei como secretária, já trabalhei numa empresa de recursos humanos que prestava serviços, na época, pro Banco Nacional. Trabalhei em lojas como a Chocolate, Yes Brasil, Fabriccato, isso no início, quando em vim morar no Rio. Mas meu último trabalho mesmo foi na área de recursos humanos”(Lídia, 36 anos).

Carlos, que adquiriu sua lesão aos 26 anos de idade, ao cair de um telhado, sempre trabalhou em seu próprio negócio, um comércio que não mais possui. Além de sua remuneração, possui outra fonte de renda, que não se sentiu à vontade para especificar. Embora tenha realizado trabalho autônomo e, atualmente, estar inserido no mercado formal de trabalho, não demonstra interesse por um outro tipo de inserção pois, segundo ele, “trabalho é trabalho”.

Com exceção destes dois trabalhadores, todos os entrevistados tiveram suas experiências de trabalho após adquirirem suas lesões. O maior grupo de pessoas com deficiência entrevistadas, composto por oito trabalhadores, prestaram serviços

em outras empresas, através de outra instituição para pessoas com deficiência física, o fizeram pela ANDEF (Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos). Sete delas prestaram serviços na LIGHT e uma na antiga Companhia de Trens Urbanos. A trajetória profissional destas pessoas pode ser percebida através de seus depoimentos:

- “(...) eu trabalhei durante seis anos na LIGHT, prestando serviços através da ANDEF. Durante um período como operadora, depois trabalhei como atendente virtual, respondendo as manifestações via e-mail, e depois fui pro faturamento(...) meu primeiro emprego foi através da ANDEF, sempre terceirizado” (Luiza, 29 anos).
- “(...) trabalhei sete anos e meio na LIGHT, através da ANDEF. Aí recebi uma proposta do CVI prá trabalhar na BR Distribuidora. Lá eu fiquei seis meses e depois entrei aqui pra Petrobras” (Murilo, 33 anos).
- “Eu trabalhei numa firma de aromatizantes, mas era de uma amiga minha, perto da minha casa. Mas o que deu certo mesmo foi só pra deficientes(...). Aí trabalhei durante cinco anos na LIGHT, pela ANDEF” (Rosângela, 42 anos).
- “Trabalhei na CAPEMI, na época em que não precisava de concurso pra entrar, durante vinte anos. Foram dezesseis anos trabalhando e mais quatro de licença médica. Durante os quatro anos que eu fiquei de licença médica pela CAPEMI, fui na ANDEF e me inscrevi lá prá começar a trabalhar na LIGHT(...). Pedi dispensa da CAPEMI, e comecei a trabalhar na LIGHT, na sindicância” (Elisa, 46 anos).
- “Meu primeiro emprego foi numa agência de publicidade(...) trabalhei como office-boy, fiquei dois anos. Depois eu trabalhei numa transportadora, como ajudante, fiquei oito meses. Passei a trabalhar numa empresa de importação e exportação, que eu tinha duas funções, com auxiliar de escritório e também despachante. Já cheguei a trabalhar em mais duas instituições, uma chamada ADEGRAR, e uma chamada ANDEF. Na ANDEF, eu prestei serviços na LIGHT, durante um ano e meio(...)” (Vinícius, 31 anos).
- “Eu trabalhei por uma outra entidade prá deficiência física, a ANDEF, prestando serviços na LIGHT (...). Trabalhei oito anos pela BRAHMA, diretamente pela empresa. Comecei com auxiliar de escritório, depois fui vendedor e por último fui encarregado pelo setor de chopp” (Elias, 39 anos)
- “Eu trabalhei com sub-gerente de farmácia, em Praia Seca, aos dezessete, dezoito anos. Eu tive uma ascensão rápida lá dentro, porque eu tinha jeito com o computador, e lá não tem muita gente que mexe com computador. Depois trabalhei dando aula de informática, durante quatro anos, e aqui no Rio, mais um ano, e depois foi na LIGHT, pela ANDEF” (Augusto, 25 anos).
- “Me chamaram (no CVI/Rio) pra várias oportunidades, que eu recusei e acabei aceitando essa. Me chamaram até rápido, pra trabalhar no TRT, não aceitei, e depois no Ponto Frio, de caixa, também não quis(...). Mas já trabalhei na Companhia de Trens Urbanos, através da ANDEF, como digitadora. E fiz

estágio, na época da faculdade, na administração, no Banco do Brasil” (Adriana, 26 anos).

Adriana ainda recebeu a notícia de que seria promovida ao cargo de operadora de telemarketing II, com apenas nove meses de trabalho no SAC-Petrobrás.

Um grupo menor, composto por três pessoas, já trabalhou através do mesmo tipo de contrato atual. Essas pessoas trabalharam através do CVI/Rio, prestando serviços de atendimento ao cliente, na CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro. Sua trajetória laboral é assim descrita:

- “(...) eu comecei assim, na CEDAE, cobrindo férias do pessoal (...). Depois que terminou este contrato, esse período de férias que eu andei cobrindo, fiquei uns três, quatro meses, em casa e depois fui chamado pra trabalhar na administração do CVI (...). trabalhei numa empresa de exportação e importação, trabalhei um período no CVI, na administração, e depois vim aqui pra Petrobrás, ainda pelo CVI” (Henrique, 26 anos).

- “Logo que me inscrevi, me chamaram pra duas oportunidades, mas eu não quis. Uma era longe e na outra eu não me adaptei ao serviço(...). Da terceira vez, me chamaram pra CEDAE. Eu fiquei na CEDAE um ano e alguma coisa. Eu comecei cobrindo férias. Cobri férias e depois fiquei esperando uns dois, três meses. Aí a pessoa que estava lá saiu, veio pra cá pra Petrobras, e eu fiquei lá, no lugar dela. Sempre trabalhei pra entidades para portadores de deficiência física. Trabalhei no CVI pela CEDAE (...) aí o contrato acabou e eu fui pra outra firma, o IBDD, trabalhei durante três anos lá (...). Já havia sido chamado antes pra Petrobras, mas na época eu não quis vir pra cá porque já estava trabalhando na CEDAE, e não queria trocar o certo pelo duvidoso (...)” (Roberto, 39 anos).

O outro entrevistado, que também prestou serviços na CEDAE através do CVI/Rio, foi o único que não, ingressou cobrindo férias, e sim de forma efetiva.

- “(...) comecei a trabalhar na CEDAE, pelo CVI, foi meu primeiro emprego pelo CVI. Eu fiquei quatro, cinco anos na CEDAE e depois surgiu a oportunidade de vir pra cá(...). Eu trabalho desde os dezoito anos de idade. Eu tenho uma banca de jornal no meu nome, mas quem trabalha lá é meu pai. O meu primeiro emprego foi no UNIBANCO, dois anos. Depois eu fui pro ITAÚ, trabalhei durante dez anos. Depois no BBC, mais dois anos. Depois eu trabalhei no BANERJ, mais um ano, mas como contratado. Trabalhei na TELEMAR, no Censo de 2000, através de concurso” (Pedro, 45 anos).

Os demais entrevistados exerceram funções diversificadas. Dois deles trabalharam em farmácias:

- “Eu não trabalhava antes dentro de cotas para deficientes, Eu sou professora de formação e dava aulas pra deficientes auditivos. Trabalhei em algumas escolas com crianças ouvintes(...) e meu último emprego antes de vir pra cá foi

de caixas de farmácia. Eu fiquei um ano desempregada e resolvi pegar esse emprego na farmácia, aí sim, como deficiente” (Elaine, 28 anos).

- “(...) trabalhei sete anos pela Telerj, agora TELEMAR, só que era como atendente de posto telefônico (...), logo após trabalhei no atendimento numa rede de farmácias. Fui pelo CVI, só que não era contratado pelo CVI, ele só direcionava. Depois, cooperativaram o setor e eu resolvi sair, dois anos e meio depois. Eu procurei o CVI novamente o CVI, que me encaminhou aqui pra Petrobras” (Anderson, 33 anos).

Augusto era sub-gerente da farmácia em que trabalhava, com apenas 18 anos, até porque, como ele mesmo relatou, na cidade de Praia Seca, onde morava na época, não existiam muitos profissionais com conhecimentos em informática. Ele, na verdade, já possuía um cadastro no CVI, só que na sede do município de Macaé. Ao vir para o município do Rio de Janeiro, inscreveu-se no CVI/Rio. A primeira oportunidade de emprego para o qual foi chamado deu-se na CEDAE, só que recusou, pois ainda era menor de idade. Elaine, que é formada em magistério, deu aulas em diversas escolas, para crianças com deficiência auditiva e, também, para os não deficientes. Logo após o período de um ano em que ficou desempregada, resolveu aceitar a oportunidade de emprego oferecida pela farmácia, como operadora de caixa, dentro da cota para pessoas com deficiência. Com Anderson foi diferente. Sua experiência na farmácia deu-se através do CVI/Rio. Encaminhado por este, foi contratado diretamente pela empresa. Mas com o passar do tempo, o serviço de call center da farmácia em que trabalhava foi cooperativado, terceirizando as atividades deste setor. Não satisfeito em trabalhar de forma terceirizada, até porque “o salário não compensava”, pediu demissão e encaminhou-se novamente ao CVI/Rio, para aguardar uma nova oportunidade.

Bruno, que conseguiu seu primeiro emprego através do CVI/Rio, não tinha como principal preocupação um emprego no mercado formal, mas uma melhor remuneração:

“Trabalhei no Ponto Frio, como operador de caixa, através do CVI, mas nós éramos funcionários diretamente da empresa (...). Saí pela oportunidade que surgiu aqui na Petrobras, de fazer outra coisa, e também pelo salário” (Bruno, 26 anos).

Mesmo exercendo a função de operador de caixa, sendo contratado formalmente pela empresa em que trabalhava, Bruno não hesitou em pedir demissão,

pensando em algo que pudesse sentir-se mais satisfeito: uma outra função e um salário melhor, visto que a função de operador de telemarketing I, dentro do SAC-Petrobras, tem remuneração em torno de 2 salários mínimos acima do piso de mercado.

Outros entrevistados trabalharam com atividades ligadas à música. Miguel, 25 anos, é contra-baixista, e já trabalhou como músico, participando em shows de alguns artistas da MPB. Já Rafael, 43 anos, tem uma trajetória bem diferente, mas, também, ligada à atividades com música. Formado em Direito, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, nunca trabalhou em atividades ligadas à sua formação acadêmica. Desde adolescente, ajudava o pai em um bar, de sua família, até os 22 anos de idade, bar este que, posteriormente, foi passado para seu nome. Trabalhou com sonorização em uma casa de festas, por mais ou menos 10 anos, realizando as festas e, paralelamente, fazendo a manutenção do circuito de som de uma rede de supermercados. Além disso, estudou e trabalhou com teatro. Antes de ser selecionado para trabalhar na Petrobrás, recusou outras propostas de trabalho, devido ao fato de estar constantemente desenvolvendo atividades ligadas à sonorização.

Uma das pessoas entrevistadas não conseguiu, através do CVI/Rio, uma oportunidade emprego, mas sim de estágio:

- “(...) eu soube do CVI por um folheto de jornal, um artigo no jornal (...). Então mandei meu currículo e fui chamada no CVI pra trabalhar na SERPRO como estagiária. Na época eram só quatro horas por dia, durante dois anos, como estagiária de administração de empresas (...). Já havia trabalhado em dois lugares. Num escritório de contabilidade e administrando um restaurante. Contrato formal. No primeiro, dois anos, e no segundo, três anos. Não cheguei a ser promovida porque era só eu ali, só eu e os donos (...)” (Bianca, 28 anos).

Bianca, na época em que enviou seu currículo para o CVI/Rio, cursava a faculdade de administração de empresas, atualmente com matrícula trancada. Quando indagada sobre quais são suas perspectivas profissionais, diz:

“Aprender cada vez mais, me qualificar no ramo profissional. Todos os cursos que a Petrobras oferece pra nós, eu faço, tendo disponibilidade de horário ou não”.

Essa colocação nos remete a uma questão muito divulgada atualmente, sobre a qualificação profissional. As mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho são visíveis. O avanço tecnológico, a globalização dos mercados financeiros e a instalação de uma nova economia global, são alguns dos fatores que contribuem para a criação de novos postos de trabalho. Esses novos postos, por consequência, exigem uma maior qualificação do trabalhador. Como a grande maioria da população tem dificuldades para se qualificar, seja por questões financeiras ou educacionais, entre outras, cria-se uma grande massa de trabalhadores desempregados, por não constituírem a tão desejada “mão-de-obra” qualificada. Apesar da escolaridade mínima exigida para ingresso no SAC-Petrobrás é ter o ensino médio concluído, apenas três pessoas entrevistadas não iniciaram um curso superior, sendo que dez delas ainda estão cursando faculdade. A maioria dos cursos está relacionada ao dia a dia de trabalho no SAC-Petrobrás, tais como web designer, informática e administração de empresas. Isso mostra o interesse destas pessoas em galgar cargos dentro da empresa, visto que o fato de estarem prestando serviços enquanto terceirizados não constitui um obstáculo para que possam progredir profissionalmente, e até mesmo incluindo os demais setores da Petrobrás S.A.

No entanto, a questão da qualificação profissional é ambígua. O fato do trabalhador se qualificar não significa que ele irá ter um emprego melhor, com salários na medida ou acima do esperado. Muitas empresas, ao espalhar suas filiais pelo mundo, geralmente trazem junto seus profissionais de maior escalão, reservando para o país em que irá se instalar, os cargos menos qualificados e com remunerações menores. Infelizmente, a qualificação profissional não pode ser considerada, atualmente, como a solução para o progresso profissional, ou mesmo, para o fim do desemprego. Podemos perceber que muitos profissionais, hoje, com nível superior, estão exercendo funções direcionadas para profissionais que possuem apenas o ensino médio. Perceber-se o quão difícil tem se tornado os processos seletivos, para cargos de remuneração elevada em grandes empresas, mesmo que seja para ocupação de vagas de trainees. A cada momento surgem novas exigências: domínio de idiomas, conhecimentos em informática, facilidade para trabalhar em equipe, vivência no exterior, etc.

Esse crescimento profissional, para alguns entrevistados, constitui-se em um verdadeiro “sonho”:

- “Acho que o sonho de todo profissional é ter sucesso na carreira, se realizar profissionalmente. Acho que isso aí é o sonho de todo profissional” (Henrique).
- “Atualmente, um sonho mais próximo é terminar a obra lá em casa. Mas um sonho mesmo é ter uma realização profissional dentro da minha área (marketing), que eu me identifico muito” (Luiza).

Essa realização profissional está ligada às oportunidades que tiveram, antes de prestarem serviços na Petrobrás S.A.. Entre os entrevistados, onze pessoas já haviam sido contratadas diretamente por outras empresas. Visto que na Petrobrás S.A. são prestadores de serviço, ao serem indagados se ainda desejam um contrato formal, novamente, dizem:

- “É um desejo primordial!” (Bruno).
- “Não sei se meu interesse é trabalhar na Petrobrás, mas interesse de crescimento é normal pra todo mundo” (Anderson).
- “Acho que todo mundo deseja. Eu desejo entrar pra uma empresa e ser contratado direto pela empresa” (Murilo).

Outros entrevistados desejam outro tipo de contrato, mas através de concursos públicos:

- “Continuo desejando um contrato formal. Já participei de vários concursos, infelizmente ainda não consegui a meta pra passar, mas tô buscando isso” (Bianca).
- “Claro que desejo! Os benefícios são muito altos, muito bons. Mas a minha pretensão é dentro da empresa ou fora, um emprego público dentro da minha área (direito), como promotoria, algo assim” (Elaine).
- “Vou prestando concursos, na esperança de uma empresa pública e aí ficar efetiva” (Adriana).

Talvez devido ao alto índice de satisfação dos entrevistados em relação ao seu dia a dia de trabalho no SAC-Petrobras, muitos desejam tornar-se funcionários da própria Petrobras S.A.:

- “Se fosse aqui na Petrobras, lógico! Fazer o concurso, eu gostaria bastante. Eu diria que é até meu sonho ser funcionário da Petrobras. Tenho vontade. Tenho

vontade não! Eu vou fazer, nos próximos eu irei fazer e um dia eu chego lá, se Deus quiser!” (Henrique).

- “Com certeza, isso é um sonho de todo mundo, ser funcionário da Petrobras” (Roberto).

- “Eu acho que ser funcionário da Petrobras seria uma boa!” (Elias).

Outras duas pessoas também manifestaram seu desejo, não de estarem inseridos em alguma empresa, mas em obter seu próprio negócio:

- “Olha, eu tenho dois sonhos. Um é ser totalmente independente (...) e outro é ter meu próprio negócio, e vou conseguir, com certeza!” (Vinícius, 31 anos).

- “Todos nós estamos sempre sonhando, nunca deixamos de sonhar. Eu gosto muito de trabalhar por eu mesma, ter uma coisa minha, alguma coisa própria. Eu pretendo agora, quando me aposentar, ter alguma coisa minha”(Eliza, 46 anos).

Esse desejo em ser “empresário de si mesmo”, ser seu próprio patrão, faz parte da imagem idealizada de um novo trabalhador, influenciado pelos ideais de empreendedorismo. Segundo Machado, o par empregabilidade/empreendedorismo faz com que o trabalhador seja o único responsável por seu fracasso, caso não seja bem-sucedido, não percebendo a cultura da individualidade que está embutida nesta nova alternativa. A questão não é o julgamento se tal alternativa é válida ou não, mas é que devemos nos lembrar que, embutida nesta ótica empreendedorista, está a ausência dos direitos trabalhistas e da atenção do Estado junto a estes trabalhadores.

A trajetória de trabalho destes trabalhadores nos mostra, levando-se em consideração seus sonhos e desejos profissionais, que ambos visam à satisfação no ambiente de trabalho mas, também, procuram estabilidade e crescimento profissional além, é claro, da efetivação de seus direitos em relação ao trabalho.